Número do BANPESQ/THALES: 2017023844

Título do projeto: Percepção e educação ambiental nas unidades de conservação do oeste do Paraná

Projeto submetido para: PIBIC (X), PIBIC – Af (X) , PIBIC – EM ( ) , PIBITI

I. Autor: Profª Valéria Ghisloti Iared.

II. Projetos financiados por Agência de Fomento: ( ) Sim (x) Não

(Em caso de Projeto de Pesquisa financiado por Agência de Fomento e VIGENTE, anexar neste espaço, documento comprobatório expedido pela referida agência, que conste o período da vigência de sua aprovação).

III. Projeto Submetido ao PIBITI: ( ) Sim (x) Não (neste caso, avance para o item VII

VII. Resumo:

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação garante a participação da sociedade na gestão dos territórios naturais especialmente protegidos e conhecidos como unidades de conservação. Da mesma maneira, a Política Nacional de Educação Ambiental torna obrigatória as atividades educativas nesses espaços, contemplando os visitantes e população do entorno. Muitos estudos na literatura indicam a importância da articulação entre ações educativas de uma unidade de conservação e um processo contínuo de diagnóstico participativo que envolva os moradores locais. Neste contexto, esta pesquisa objetiva investigar a percepção ambiental dos residentes vizinhos às unidades de conservação do oeste do Paraná e analisar as ações educativas já realizadas como subsídio para propor um projeto e/ou programa de educação ambiental condizentes com a realidade local. O recorte territorial escolhido é a mesorregião do oeste do Paraná, uma vez que existem poucos publicados sobre educação ambiental nas áreas protegidas da região. Soma-se a isso, a localização da Universidade Federal do Paraná- Setor Palotina que tem como objetivo institucional contribuir com estudos de interesses sociais locais. A pesquisa terá técnicas e análise de dados apoiados na abordagem qualitativa e irão variar segundo a realidade do local. Também, será privilegiada a perspectiva participativa sendo que o poder público municipal, funcionários, moradores, visitantes, líderes comunitários e potenciais instituições parceiras serão envolvidas em todo o processo da investigação. Dessa maneira, espera-se que o diagnóstico socioambiental participativo levante temas, demandas e conflitos locais que poderão fomentar atividades educativas relevantes na área protegida e o fortalecimento da gestão participativa das unidades de conservação.

VIII. Introdução:

Áreas naturais protegidas (ou *Protected Areas*, no âmbito internacional) são espaços delimitados com o objetivo de resguardar o patrimônio ecológico, cultural, histórico e geológico, ou seja, é reconhecidamente um território destinado à conservação *in situ* (PRIMACK, RODRIGUES,2001). Essa definição foi elaborada pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) ou *International Union for Conservation of Nature (IUCN)*, organização internacional fundada em 1948 e dedicada à conservação (IUCN, 1994). Segundo Phillips (2004), coube a UICN criar categorias de gestão dessas áreas, as quais variavam segundo as atividades permitidas dentro desses espaços e a intensidade de uso das áreas. Apesar da orientação internacional, cada país criou suas categorias e legislações para atender suas realidades particulares.

No Brasil, foi promulgado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2000) que estabelece territórios sob regime especial de administração, sendo que foram criados dois grupos com diferentes características: a-) unidades de proteção integral (com cinco categorias de unidades de conservação com permissão para uso indireto dos recursos naturais) e b-) unidades de uso sustentável (outras sete categorias nas quais é permitido o uso indireto dos recursos naturais). As categoriais se diferenciam basicamente pelos objetivos, o domínio público ou privado, a presença ou não de moradores e a intensidade do uso público.

O uso público dessas categorias é um dos pontos que mais marcam a diferença entre elas e é, também, um dos pontos mais polêmicos e desafiadores na gestão desses espaços (PARDINI, 2012). Segundo o autor, o fomento ao uso público aproxima a população da biodiversidade nativa e fortalece os vínculos dos moradores com o local. O programa de uso público deve estar descrito no plano de manejo e estabelece as diretrizes e as normas para a visitação pública, podendo ou não apresentar finalidades educativas. As atividades de uso público que apresentam propostas educativas são o foco de interesse do presente projeto por considerarmos que as unidades de conservação são espaços privilegiados para trabalhar temas como biodiversidade, gestão participativa e meio ambiente, conflitos da expansão urbana e a dimensão estética e sensível da vida humana.

As atividades educativas em uma unidade de conservação costumam estar vinculadas a um processo permanente de diagnóstico socioambiental já que esse, por se apoiar em metodologias participativas, permite que todos os participantes auxiliem na configuração das problemáticas a serem abordadas e se apropriem das temáticas relevantes e conflitantes na realidade local (TASSARA, ARDANS, 2007). A utilização

da percepção ambiental dos participantes na elaboração de um diagnóstico socioambiental participativo é essencial para a eficácia do processo educativo. De fato, diversos estudos vêm apontando sobre a importância de envolver a população do entorno nas atividades educativas de uma unidade de conservação (por exemplo, ARAÚJO-BISSA, 2016; BRESOLIN, ZAKRZEVSKI, MARINHO, 2010; VALENTI, OLIVEIRA, LOGAREZZI, 2015). Segundo esses estudos, trabalhos de percepção e educação ambiental tem a potencialidade de aproximar a população com a área protegida, destacando seu compromisso e importância na gestão para a conservação da biodiversidade local.

A Lei nº. 9.795 (BRASIL, 1999) trata da Política Nacional de Educação Ambiental e em seu artigo 2º, tem-se que "educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal". A educação ambiental não-formal são práticas desenvolvidas para o público não escolar. No artigo 13º da mesma lei, encontram-se elencados os vários atores sociais que podem estar no âmbito da educação ambiental não formal, sendo que os incisos IV e V são específicos sobre a sensibilização ambiental da sociedade e da população do entorno sobre a importância das unidades de conservação. O poder público federal com a finalidade de fomentar o papel da educação ambiental no contexto da gestão participativa das unidades de conservação vem produzindo diversos materiais sobre o tema (ICMBIO/WWF, 2016; LOUREIRO, FRANCA, AZAZIEL, 2003; QUINTAS, 2006, entre outros).

O estudo proposto abrangerá as unidades de conservação localizadas no Oeste do Paraná uma vez que uma breve revisão de literatura apontou uma lacuna sobre educação ambiental nas áreas protegidas da região. Além disso, a investigação contempla um dos objetivos institucionais da Universidade Federal do Paraná- Setor Palotina, que é contribuir com estudos relativos a temas de interesse na região ocupada pelo seu raio de ação.

1. Objetivo Geral:

- Investigar a percepção ambiental dos residentes do entorno das unidades de conservação do oeste do Paraná e analisar as ações educativas já realizadas como subsídio para propor um projeto e/ou programa de educação ambiental condizentes com a realidade local.

2. Objetivos Específicos:

- Realizar um diagnóstico socioambiental participativo com os diversos públicos (crianças, adultos e idosos) visitantes ou moradores próximos

- Identificar os conflitos e desafios ambientais locais bem como as potencialidades para superá-los
- Compreender a relação da comunidade para com o uso e gestão desses espaços
- Fomentar uma gestão participativa local como subsídio à superação dos problemas identificados
- Analisar as atividades educativas realizadas à luz da educação ambiental crítica
- Incorporar os desafios e potencialidades da realidade socioambiental investigada no programa de educação ambiental da unidade de conservação.

IX. Revisão bibliográfica/literatura;

1. Educação ambiental crítica

Atualmente, se configuram diversas vertentes de educação ambiental que assumem diferentes posicionamentos político-pedagógicos. No Brasil, essa discussão sobre as especificidades da educação ambiental é rica e polêmica (LAYRARGUES, 2004) sendo que diversos autores propõem diferentes sistematizações, nomenclaturas e características. Em 2004, o Ministério do Meio Ambiente publicou o livro "Identidades da Educação Ambiental Brasileira" onde estão compilados textos de diferentes autores que qualificam e fundamentam a educação ambiental que acreditam. Nessa mesma obra, Guimarães (2004) diferencia duas abordagens de educação ambiental: educação ambiental conservadora e educação ambiental crítica. Segundo o autor, a educação ambiental conservadora é descomprometida com a transformação da realidade socioambiental, crentes de que a solução está no desenvolvimento de tecnologias e na *conservação* dos recursos da natureza uma vez que deles dependemos para sobreviver. Essa educação ambiental conservadora tem dificuldade em "pensar o junto (...) sinaliza para a perda da afetividade, do amor, da capacidade de se relacionar do um com o outro (social), do um com o mundo (ambiental), denotando a crise socioambiental que é de um modelo de sociedade e seus paradigmas; uma crise civilizatória." (GUIMARÃES, 2004, p. 27). Em contrapartida, há uma educação ambiental que busca compreender a subjetividade da relação sociedade – natureza para intervir nos problemas ambientais. Essa educação ambiental acredita que a *transformação* e a *emancipação* contribuem para a mudança de valores e atitudes, para a formação de uma sociedade mais participativa, justa e *crítica* (LAYRARGUES, 2004).

Sorrentino (1995), em sua tese de doutorado, diferencia quatro tipos de práticas de EA: 1-) conservacionista (presente nos países mais desenvolvidos, tem forte apelo a preservação da natureza); 2-) educação ao ar livre (adeptos de modalidades de esporte e lazer junto à natureza); 3-) gestão ambiental (impulsionada no período militar, acontecendo junto com outros movimentos sociais da América Latina, expressa-se pelos movimentos contra a poluição das empresas e as conseqüências do sistema predador do ambiente e do ser humano); 4-) economia ecológica (pode ser dividida em duas vertentes: desenvolvimento sustentável e sociedade sustentável). Crespo (1998) identifica duas vertentes de EA: 1-) o ambientalismo pragmático que se preocupa com a conservação dos recursos, mas sem perder de vista o desenvolvimento econômico; e 2-) ambientalismo ideológico que visa a quebra do paradigma atual por meio do questionamento da história da relação ser humano- natureza. Já Sauvé (2005) propõe e qualifica 15 correntes de EA: naturalista, conservacionista, resolutiva, sistêmica, científica, humanista, moral/ ética, holística, biorregionalista, práxica, crítica, feminista, etnográfica, ecoeducação e sustentabilidade.

Pautados em uma educação ambiental crítica, transformadora, contínua e permanente, buscamos alternativas e espaços onde todos os valores e formas de vida sejam respeitados na tentativa de construir uma sociedade mais sustentável em sintonia com “a compreensão da complexidade do mundo e da totalidade da vida” (LOUREIRO, 2006). Nessa mesma obra o autor diz que não cabe à educação ambiental dar o bom exemplo. Esse processo de mudança individual é um trabalho árduo e lento para uma problemática que exige uma ruptura com o pensamento hegemônico atual. As atitudes individuais são necessárias e terão significado no todo (unidade ser humano/ natureza) (GUIMARÃES, 1995), porém não podemos renegar que elas são complementares às ações coletivas, de caráter mais amplo (GUIMARÃES, 1995, 2000; LOUREIRO, 2006).

Logo, a educação ambiental é um ato político (FÓRUM GLOBAL, 1992) que questiona valores, premissas e acredita que somente espaços de formação coletiva, de reflexão, de diálogo, de mobilização social poderão contribuir significativamente para essa mudança que almejamos (GUIMARÃES, 2004; JACOBI, 2003; LOUREIRO, 2006). Segundo Jacobi (2003), as diversas ações de educação ambiental são voltadas para sensibilização das pessoas em relação a uma problemática. Mas isso incorre em atitudes pacíficas e não em uma reflexão acerca das responsabilidades de diversas instâncias sociais sobre a questão. No entanto, esses temas podem gerar uma postura crítica e impulsionar os sujeitos a participar, a atuar em um campo mais amplo, na tomada de decisões, exercendo a cidadania.

2. Dimensões da prática educativa

Diversos autores defendem a articulação entre o aspecto cognitivo (conhecimentos), o subjetivo (sentimentos, princípios, ética) e a educação política para uma trabalho efetivo de educação ambiental (CARVALHO, 2004; CARVALHO et al., 1996, CARVALHO, 2006; GUIMARÃES, 2004; TRISTÃO, 2005, entre outros). Foi seguindo essa perspectiva que Carvalho (2006) descreveu três dimensões da prática educativa: 1) dimensão relacionada à natureza dos conhecimentos a serem trabalhados, 2) dimensão relacionada aos valores éticos e estéticos envolvendo a questão da natureza, 3) dimensão de participação política, no sentido de preparar os indivíduos para ações concretas na busca de soluções para os problemas ambientais. Essas dimensões serão detalhadas a seguir.

Os conhecimentos trabalhados em um projeto e/ou programa de educação e meio ambiente estão relacionados com componentes e processos da natureza e com a compreensão das complexas interações que se estabelecem entre o ser humano e o seu meio. A identificação e descrição de componentes naturais e a compreensão dos fenômenos da natureza são de fundamental importância. No entanto, essa dimensão funcionalista da natureza deve ser considerada como meio ou etapa necessária para compreendermos as razões e os porquês dos processos de interação presentes no meio natural. Além desses aspectos relacionados com os conhecimentos sobre o meio natural é fundamental que os trabalhos em educação ambiental abram espaços em suas atividades para a discussão de questões bastante complexas levantadas pelo movimento ambientalista. Uma dessas questões diz respeito à relação do ser humano, organizado em sociedade, com a natureza. Neste sentido, uma visão crítica, analisando historicamente os impactos ambientais causados pelas atividades de diferentes sociedades deve ser enfatizada, diminuindo as visões fatalistas e reducionistas desta questão. É importante salientar que a dimensão de conhecimentos não se limita ao conhecimento científico sendo que os olhares de diferentes culturas, religiões, artes, etnias são convidados a participar desse diálogo de saberes. Além disso, essa dimensão aborda o nosso processo histórico para chegar nesse atual modelo hegemônico e como a ciência e a tecnologia são entendidas pela sociedade.

A dimensão de valores éticos e estéticos abrange a sensibilidade em relação às questões de degradação ambiental, respeito para com a natureza, solidariedade com outras formas de vida, entre outros. Ou seja, além de trabalhar conceitos fundamentais relacionados à temática ambiental, o educador ambiental deve desenvolver um trabalho que coloque seus educandos frente a questões que envolvam juízos de valor e percepções do ponto de vista ético e estético para que

novas posturas em relação à natureza sejam construídas coletivamente. Para Silveira (2009), a educação estética cria possibilidades: de indeterminação, de reconstrução de sua subjetividade, de pensar novos valores e novas maneiras de nos relacionarmos, ao mesmo tempo em que abre a opção de pertencimento a um contexto histórico-cultural e a um lugar habitado. Isto é, a dimensão de valores estéticos busca um novo *olhar* investigativo, sensível e crítico que possibilitem a descoberta do mundo e suscitem uma nova forma de aprender e *inteligir* (como diria Paulo Freire) o mundo.

A terceira dimensão está relacionada ao desenvolvimento da capacidade de participação política dos indivíduos no sentido de construção da cidadania e de uma sociedade democrática. Sendo assim, são vários os autores que consideram o envolvimento e a participação coletiva dos indivíduos na busca de soluções para os diversos problemas ambientais, como um dos objetivos fundamentais para os trabalhos educativos relacionados com esta questão. Uma das conseqüências práticas desta concepção é a busca de procedimentos didáticos que contribuam para o desenvolvimento de um espírito cooperativo e solidário. Nesta perspectiva, a educação ambiental é um ato político que questiona valores, premissas e acredita que somente espaços de formação coletiva, de reflexão, de diálogo, de mobilização social poderão contribuir significativamente para essa mudança de postura.

No Brasil, várias pesquisas em educação ambiental (CARVALHO, 1989; IARED, 2010; MARPICA, 2008; SGUAREZI, 2005; SILVA, 2007; SOUZA, 2004; VALENTI, 2010) têm buscado investigar as tendências de educação ambiental presentes nos mais diversos âmbitos (escola, unidade de conservação, material didático, entre outros) e públicos. O intuito de mapear qual a abordagem e dimensões da prática educativa são predominantes se justifica por se configurar como um subsídio para repensar as atividades e recursos didáticos de educação ambiental. A sistematização sobre o assunto permite a busca da coerência, pois é a partir reflexão sobre a prática que se discute e se encontram as possibilidades de superação dos desafios e contradições.

3. Percepção ambiental

A percepção ambiental e o diagnóstico socioambiental participativo são estratégias bastante difundidas como etapas fundamentais de processos educativos em uma perspectiva crítica. Identificar a percepção ambiental refere-se a compreender como cada um percebe seu ambiente por meio de suas histórias, suas memórias e sua realidade local. Ou seja, é a tentativa contínua de compreender e explicar as complexas inter-relações entre homem e biosfera ou um grupo cultural percebe, quer como indivíduo quer como grupo o seu meio ambiente (TUAN, 1980). Portanto, é

coerente aceitar que as informações obtidas por estudos e pesquisas onde se empregam a percepção ambiental expressem diretamente os elementos que atribuem qualidade a um determinado ambiente. Afinal, essas informações traduzem aquilo que se origina numa experiência real, vivida, ativa: elas representam mais do que uma interpretação dessa interação, são intrinsecamente o registro da própria interação sociedade-ambiente (CASTELLO, 2001).

Segundo TUAN (1980), as percepções diferem com relação às características individuais, entre os sexos e entre idades distintas, experiências e vivências anteriores, aspirações, necessidades, interesses, desejos e valores, normas, costumes e tradições, senso comum, conhecimentos adquiridos e até mesmo antecedentes socioeconômicos de cada indivíduo. Dessa forma, a percepção ambiental é particular de cada grupo, assumem diferentes sentidos e significados e compreendê-las solicita um mergulho profundo na realidade a ser investigada.

Para Carvalho e Steil (2013), os estudos dos processos perceptivos fomentam a compreensão dos nexos entre subjetividade, intersubjetividade e objetividade. Os autores ao definir percepção ambiental se apoiam na psicologia de Gibson, o qual defende que esta não é uma representação de uma informação que está na mente do receptor ou o resultado de estímulos sensoriais mediados por processos cognitivos, mas é direta e se dá na relação entre o sujeito perceptivo e o ambiente que continuamente propicia ações para este sujeito. Ingold (2000), influenciado pelas teorias de Gibson, também conceitua percepção do ambiente como o resultado do engajamento ativo do sujeito no mundo, sendo que o autor contesta proposições que definem processos sensoriais e cognitivos como dissociados fisicamente, fisiologicamente e temporalmente. Disso, temos que:

> As estruturas neurológicas, o conhecimento que adquirimos e as habilidades que desenvolvemos emergem juntas como momentos complementares de um processo único, ou seja, o processo da vida de todos aqueles que habitam o mundo. O conhecimento torna-se, assim, imanente à vida, à experiência e à consciência do sujeito, na medida em que se processa no campo da prática. Nesta perspectiva a cognição é um processo em tempo real (CARVALHO, STEIL, 2013, p. 73).

Assim, é possível conhecer os valores mais profundos de uma comunidade, aqueles valores subjetivos que devem ser preservados e difundidos, por constituírem a essência da própria comunidade. Sensibilizar as pessoas no cenário dos seus próprios valores é uma forma de fazer com que eles se tornem muito mais que meros observadores passivos; eles se tornam participantes conscientes de seu papel na sociedade e capazes de ponderar sobre as melhores decisões a serem tomadas. Nesse sentido, o estudo da percepção ambiental como ferramenta na compreensão

das intrincadas relações entre o ser humano e o meio ambiente pode trazer contribuições valiosíssimas para a educação ambiental crítica e transformadora, que visa à reflexão sobre atitudes e valores vigentes.

X. Materiais e métodos/Metodologia:

1. Área de estudo

A delimitação territorial escolhida pelo estudo (Oeste Paranaense) segue a divisão oficial estabelecida pelo IBGE, em mesorregiões. Essa região corresponde 11,5% do território estadual e é constituída por 50 municípios localizados em três microrregiões: Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu. A figura 01 e 02 mostram a mesorregião do oeste do Paraná:

Figura 01: Localização da mesorregião do oeste do Paraná. Fonte: Lei Estadual nº 15.825/08. Base Cartográfica: SEMA, 2007.

Figura 02: Divisão político- administrativa da mesorregião do oeste do Paraná. Fonte: Lei Estadual nº 15.825/08. Base Cartográfica: SEMA, 2007.

A região possui 51 unidades de conservação sendo que 45 são de proteção integral. As áreas protegidas ocupam uma área de 232,9 mil hectares. Os tipos de vegetação protegidos por essas unidades de conservação são Floresta Estacional Semidecidual (abrange 86% da área total) e Floresta Ombrófila Mista (corresponde a 14% da área total).

2. Coleta de dados

A presente pesquisa está pautada na perspectiva qualitativa, a qual privilegia o processo e preocupa-se menos com o produto, dando mais ênfase para a perspectiva dos participantes (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). De acordo com os autores, a pesquisa qualitativa, é a que "[...] se desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada" (LÜDKE, ANDRÉ, 1986, p. 18). Segundo Neto (2009), ao entrar em campo para a investigação deve buscar uma aproximação gradual com as pessoas envolvidas na pesquisa, esclarecendo aquilo que pretendemos investigar. Para Minayo (2009), a relação de confiança e a conversa com base em princípios cooperativos são critérios fundamentais para o trabalho de campo na pesquisa qualitativa. Logo, a primeira etapa da pesquisa em todas as unidades de conservação deverá ser uma aproximação com o poder público local, o gestor da área e os funcionários para apresentação da proposta e dos membros da equipe.

É importante salientar que as diversas técnicas de coleta de dados da pesquisa qualitativa irão variar segundo a realidade do local. Caso a unidade de conservação já realize um programa de educação ambiental, os responsáveis serão convidados a participar da pesquisa. As conversas acerca das atividades de educação ambiental

serão elencadas, discutidas e analisadas de maneira participativa, junto com os responsáveis tendo como base o roteiro (Quadro 1) elaborado por Iared (2010):

Quadro 01: Dimensões das práticas educativas e seus respectivos parâmetros de análise

Dimensão	Parâmetro	Símbolo
Conh	1.1. Conceitos são apresentados, discutidos e vivenciados.	C1
	1.2. Interdisciplinaridade/ transversalidade é valorizada na produção e sistematização do conhecimento.	C2
	1.3. Conhecimento local é considerado válido/ Conhecimento científico não é absoluto.	C3
	1.4. Postura investigativa durante o processo de construção do conhecimento	C4
	1.5. Contextualizações históricas, sociais e econômicas do tema ambiental. A situação ambiental é resultado histórico, social e cultural, sendo sempre contextualizado.	C5
	1.6. Relação da ciência e tecnologia com o tema ambiental: são causas diretas da crise ambiental e no modo de relacionamento entre ser humano e natureza na sociedade moderna.	C6
	1.7. Consideração da diversidade cultural e natural do país	C7
ValoresValores éticos e estéticos	2.1. O papel da natureza na sociedade e a interação ser humano-natureza: relação complexa; ser humano pertence à teia de relações sociais, naturais e culturais e vive em interação.	V1
	2.2. Conflitos: questões controversas são apresentadas sob várias perspectivas	V2
	2.3. Discussão das diferenças no acesso a elementos da natureza e na distribuição dos riscos Ambientais.	V3
	2.4. Solidariedade como fundamento para o trabalho coletivo em busca das soluções ambientais.	V4
	2.5. Ponto de vista apresentado de modo argumentativo	V5
	2.6. Uso de elementos que possibilitem a interação, a participação e a satisfação.	V6
	2.7. Uso de elementos estéticos que despertem a sensibilidade em relação à questão ambiental	V7
Participação	3.1. Discussão sobre a legislação relacionada ao conteúdo ambiental. Discussão inclui pertinência da legislação.	P1
	3.2. Responsabilidade de várias instâncias sociais (sociedade civil, governos, ONGs, empresas privadas, etc);	P2
	3.3 Busca de alternativas ou outras possibilidades como uma maneira de contribuir para os problemas ambientais. As soluções são buscadas de modo coletivo; o Estado é responsável por criar espaços de participação e a ciência e a tecnologia são válidas na medida em que são democratizados a todos os atores da sociedade.	P3
	3.4. Exploram-se potencialidades ambientais locais e regionais como estratégia de motivar a participação.	P4
	3.5. Educação como fomento ao diálogo e à participação.	P5
	3.6. Os problemas ambientais devem ser solucionados em suas raízes, sendo elas sociais ou de outra natureza.	P6
	3.7. Cidadania participativa.	P7

Uma vez que o presente estudo também se propõe a realizar um diagnóstico socioambiental participativo, técnicas para investigar e compreender a percepção ambiental dos visitantes e moradores do entorno serão realizadas. A percepção ambiental não se restringe a um grupo e/ou local específico, é uma estratégia que pode ser aplicada em qualquer contexto e/ou intervenção educacional como projetos

de educação ambiental em escolas, bacias hidrográficas, empresas; projetos em áreas degradadas e/ou projetos turísticos etc. No entanto, elencamos aqui diversas possibilidades de atividades que objetivam o diagnóstico socioambiental que podem ser aplicadas como complementares umas às outras:

A- Coleta e Análise de dados físicos, químicos e biológicos

Uma estratégia utilizada é a medição desses parâmetros em campo e a coleta de materiais (amostras de água, solo, vegetação, vestígios animais, dentre outros) para posterior análise em laboratório. A metodologia utilizada no Programa ABC na Educação Científica - Mão na Massa é uma possibilidade interessante para a realização desse diagnóstico, pois tem como proposta o ensino de Ciências com base na investigação e no desenvolvimento da expressão oral e escrita (SCHIEL; ORLANDI, 2009). Assim, as principais etapas desse programa aplicadas à realização do diagnóstico seriam: 1) Problematização da região a ser estudada: por meio dessa etapa o educador deve estimular uma reflexão entre os educandos sobre a qualidade ambiental do local, estimulando o grupo a elaborar hipóteses sobre isso. 2) Atividades investigativas: os alunos elaboram estratégias para verificar as hipóteses anteriormente levantadas e as discutem entre si. No caso do diagnóstico, as atividades propostas podem ser: visita de campo, observação de fenômenos, coleta e análise de materiais, experimentação, pesquisa em livros, internet, etc. 3) Conclusão: após as atividades investigativas, os alunos devem refletir sobre as atividades desenvolvidas e sobre o que seus resultados indicam em termos da qualidade ambiental do local investigado. 4) Sistematização: consiste no registro de todo o processo, desde o levantamento de hipóteses, as atividades investigativas e as conclusões e pode ser feito por meio de relatórios individuais ou coletivos e/ou desenhos. 5) Divulgação: envolve a estruturação de atividades nas quais os alunos podem divulgar o trabalho realizado, dialogando com outros alunos e professores sobre o processo vivenciado (MARTINS; FAGIONATO-RUFFINO, 2011).

B- Diagrama de Venn

O diagrama de Venn consiste em uma forma de identificar e listar os principais problemas e as potencialidades de uma localidade específica por meio da percepção dos participantes. Assim, os itens são listados por ordem de importância e representados por meio de círculos de tamanhos variados. O problema considerado mais grave e a potencialidade mais relevante são representados pelos círculos de maior tamanho. Da mesma forma, o problema menos grave e a potencialidade menos relevante são representados pelos círculos menores. Problemas e potencialidades de importância intermediária entre esses dois extremos são representados por círculos também de tamanhos intermediários (FERREIRA NETO, 2004).

C – Diagrama de Fluxos

O diagrama de Fluxos é similar ao diagrama de Venn e consiste no estabelecimento de relações de causa e conseqüência entre os itens analisados, por meio da colocação de setas entre eles (FERREIRA NETO, 2004).

D – Entrevista Coletiva / Grupo Focal

A técnica de grupos focais, também entendida como uma entrevista coletiva, consiste em uma entrevista semiestruturada com um grupo de respondentes, buscando a compreensão das visões de mundo dos entrevistados por meio da interação, da troca de ideias e de significados, em que várias percepções são exploradas e desenvolvidas (GASKELL, 2003). Diversas estratégias como por exemplo, assistir a um vídeo, examinar documentos escritos ou apenas discutir alguns tópicos previamente selecionados, podem ser utilizados para incentivar o debate. O grupo focal é uma técnica considerada ideal para se explorar experiências, opiniões, desejos, além de permitir que os participantes gerem suas próprias questões, conceitos e prioridades. Eles devem ser encorajados a explorar essas questões, identificar problemas comuns e sugerir potenciais soluções através de experiências comparadas e compartilhadas (KITINZER; BARBOUR, 1998).

E –Mapa Contorno

É oferecido aos educandos um mapa do contorno da unidade de conservação. Nele, os educandos deverão localizar desafios (por exemplo, locais de caça e pesca proibidas, espécies invasoras, uso público irregular, acúmulo de resíduos, etc) e potencialidades (por exemplo, instituições parceiras, locais para atividades educativas, entre outros). Essa atividade permite perceber e explorar o espaço, propondo ações que visem superar os problemas ambientais.

F – Árvore dos Sonhos e Pedras no Caminho

A combinação das técnicas da Árvore dos Sonhos e das Pedras no Caminho foi proposta pela primeira vez, pelo MEC, como etapas da Oficina de Futuro, no âmbito da formação da COM-VIDA nas escolas (BRASIL, 2004). A árvore dos sonhos consiste em uma atividade que permite que os participantes manifestem seus sonhos, ou seja, os desejos para melhorar a qualidade de vida na escola ou na comunidade em questão. Uma árvore grande pode ser desenhada na lousa ou recortada em papéis. Cada participante escreve os seus sonhos num papel em forma de folha e coloca na árvore. Sonhos semelhantes são agrupados, mostrando que por serem sonhados juntos, eles podem se tornar realidade. Em seguida, os participantes são encorajados a refletir sobre as dificuldades que enfrentarão para alcançar os sonhos. Um grande caminho de pedras pode ser desenhado na lousa, no chão ou sobre uma cartolina. Novamente os participantes escrevem cada problema identificado sobre uma

das “pedras” desenhadas. Por fim, analisando os sonhos e as dificuldades, o grupo identifica uma ordem de prioridade com base nas necessidades mais urgentes, ações viáveis e dificuldades solucionáveis.

G – Travessia / Caminhada

Os participantes são convidados a caminhar pela unidade de conservação. Nessa caminhada, o grupo vai conversando espontaneamente sobre as histórias e memórias do local, problemas, demandas locais e elementos que contribuem para a superação, mudanças na paisagem, locais que apreciam ou não apreciam. Após a caminhada, em outro momento, é interessante pontuar tudo o que foi levantado procurando sistematizar elementos frágeis e possíveis soluções.

H – Memória

O diagnóstico das mudanças ocorridas em determinada paisagem ao longo do tempo pode ser realizado por meio do seu levantamento histórico, a partir de relatos de moradores antigos do local e também por meio de documentos históricos encontrados em arquivos, bibliotecas, prefeituras, etc. (ALMEIDA, 2011). Por meio de ambas as técnicas, é possível identificar como ocorreu a ocupação do território, as transformações e os impactos (positivos e negativos) decorrentes desse processo.

As técnicas citadas podem ser utilizadas em conjunto ou separadas, sendo que, Almeida (2011) sugere uma sequência a ser observada quando do uso das técnicas combinadas. A autora recomenda iniciar o diagnóstico com os depoimentos dos moradores antigos da localidade em estudo. É importante que o pesquisador tenha claros seus objetivos ao realizar o diagnóstico e elabore um roteiro de entrevista que contemple tais objetivos. Em seguida, como forma de complementar e subsidiar a interpretação dos depoimentos colhidos, é importante realizar algumas saídas a campo para o (re) conhecimento do espaço. Por fim, deve ser realizado o levantamento bibliográfico em arquivos municipais (jornais, revistas, bibliotecas, etc.) para comprovar os resultados obtidos por meio dos depoimentos.

I – Fotografias

As fotografias consistem em uma estratégia interessante de diagnóstico ambiental, pois permitem focar o olhar para aspectos da paisagem que passam despercebidos no dia-a-dia. É importante solicitar que as pessoas registrem por meio de fotografias, os aspectos que consideram positivos e negativos em determinado local, seja na escola, na rua ou no bairro. Em seguida, cada pessoa apresenta os aspectos que registrou e o grupo dialoga sobre as possibilidades de solução dos problemas e aproveitamento das potencialidades locais. Também é interessante estabelecer uma comparação entre fotografias atuais e antigas da localidade como

forma de compreender as transformações pelas quais a paisagem passou ao longo dos anos.

3. Análise de dados

A organização e análise dos dados seguirá a proposta de Moraes (2003, 2005) de uma análise textual qualitativa que já vem sendo utilizada em pesquisas de educação ambiental e se caracteriza por estar entre dois tipos de análises frequentes em pesquisas qualitativas: a análise de texto e a análise de discurso. Na análise textual qualitativa busca-se um entendimento amplo do fenômeno estudado para que os discursos sejam reconstruídos e o aprendizado comunicado por parte do pesquisador, que assume um papel de sujeito histórico nesse processo (MORAES, 2005). Neste tipo de análise, Moraes (2003, 2005) elenca quatro fases: unitarização, que é o processo de fragmentação do corpus de análise em unidades de análise; categorização, que consiste na organização das unidades de análise segundo um conjunto de regras; descrição e interpretação, momento no qual se explicita a compreensão do fenômeno estudado na forma de um *metatexto* e, finalmente, a teorização, fase de superação do desafio de descrever e interpretar. A análise textual qualitativa visa ampliar e/ou reconstruir teorias que se apresentam em duas modalidades.

XI. Referências

ALMEIDA, R. C. A memória como ferramenta para o diagnóstico de mudança da paisagem. In: OLIVEIRA, H. T.; SANTOS, S. A. M.; DOMINGUEZ, I. G. P.; KUNIEDA, E. (ORGs). *Cadernos do Cescar. Caderno 2:* metodologias e temas socioambientais na formação de educadoras(es) ambientais (2007-2008). São Carlos: Gráfica e Editora Futura, 2011.p. 92-98.

ARAÚJO-BISSA, C. H. *Educação Ambiental no Parque Estadual Fontes do Ipiranga (São Paulo-SP)*: articulação entre programas educativos, população do entorno e plano de manejo. 193f. 2010. Dissertação (Mestrado em conservação da fauna). Centro de Ciências Biológicas e Saúde, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Formando Com-Vida Comissão do Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola:* construindo Agenda 21 na Escola / Ministério da Educação, Ministério do Meio Ambiente. – Brasília : MEC, Coordenação Geral de Educação Ambiental, 2004.

_____. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 18 de julho de 2000.

_____. Lei nº. 9.795 institui a Política Nacional de Educação Ambiental. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 27 de abril de 1999.

BRESOLIN, A. J.; ZAKRZEVSKI, S. B. B.; MARINHO, J.R. Percepção, comunicação e educação ambiental em unidades de conservação: um estudo no Parque Estadual de Espigão Alto – Barracão/RS – Brasil. *Perspectiva,* Erechim. v. 34, n.128, p. 103-114, 2010.

CARVALHO, I. C. M. Educação Ambiental Crítica: nomes e endereçamentos da educação. In: LAYRARGUES, P.P. (coord.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2004b. pp. 13-24.

_____. *Em direção ao mundo da vida*: interdisciplinaridade e educação ambiental. Conceitos para se fazer educação ambiental. Brasília: IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas, 1998.

CARVALHO, L. M. A temática ambiental e o processo educativo: dimensões e abordagens. In: CINQUETTI, H. S.; LOGAREZZI, A. *Consumo e resíduo:* fundamentos para o trabalho educativo. São Carlos: Edufscar, 2006. p. 19-41.

_____. Educação e Meio Ambiente na Escola Fundamental. *Projeto Revista de Educação*, Porto Alegre, v. 2, p. 9-18, 1999.

CARVALHO, I.C.M.; STEIL, C.A. Percepção e ambiente: aportes para uma epistemologia ecológica. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, Edição Especial, pp. 59-79, 2013.

CARVALHO, L.M. et al. Conceitos, Valores e Participação Política. In: TRAJBER, R.; MANZOCHI, L. H. *Avaliando a Educação Ambiental no Brasil: materiais impressos.* São Paulo: Gaia, 1996. pp. 77- 119.

CASTELLO, L.A. Percepção e educação ambiental. *Olam- Ciência & Tecnologia*,v.1, n.2, 2001. (Edição digital).

CRESPO, S. Educar para a sustentabilidade:a educação ambiental no programa da Agenda 21. In: NOAL, F.O.; REIGOTA, M.; BARCELOS V. H. L. (orgs) *Tendências da Educação Ambiental Brasileira.* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998. pp.211-225.

FERREIRA NETO, P.S. *Curso diagnóstico participativo de comunidades rurais e tradicionais.* Nazaré Paulista: Instituto de Pesquisas Ecológicas. Apostila, 2004.

FÓRUM GLOBAL, *Tratados das ONGs*. Rio de Janeiro: Instituto de Ecologia e Desenvolvimento, 1992. Disponível em: <http:amavida.org.br/diversos/tratados_ongs.htm>. Acesso em janeiro/2017.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M.W.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:* um manual prático. 2.ed. Local: Vozes, 2003. p.64-89.

GUIMARÃES, M. Educação Ambiental Crítica In: LAYRARGUES, P.P. (coord.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2004. pp. 25-34.

_____. *Educação Ambiental*. Duque de Caxias: UNIGRANRIO Editora, 2000. (Coleção Temas em Meio Ambiente, I).

_____. *A Dimensão Ambiental Na Educação.* Campinas, Sp: Papirus, 1995 (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico. 1995. 107p.

IARED, V. G. *Concepções de educação ambiental e perspectivas pedagógicas de professoras do ensino fundamental e as potencialidades do Polo Ecológico de São Carlos (SP)*.183f. 2010. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais). Centro de Ciências Biológicas e Saúde, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

ICMBIO- INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE/WWF- BRASIL. *Educação ambiental em unidades de conservação:* 2016 ações voltadas para comunidades escolares no contexto da gestão pública da biodiversidade. Brasília: Gráfica Editora Qualytá, 2016.

INGOLD, T. *The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill*. London, UK: Routledge, 2000.

IUCN - INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE. *Guidelines for protected area Management Categories*. Gland, Switzerland. Part II, 1994. 8p

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sutentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo:Autores Associados, n. 118, p. 189-205, 2003.

KITZINGER, J.; BARBOUR, R.S. Introduction: the challenge and promise of focus groups. In: BARBOUR, R.S.; KITZINGER, J. *Developing focus groups research:* politics, theory and practice. London: Sage, 1988. p.1-20.

KRUEGER, R.A. *Focus groups:* a practical guide for applied research. 2.ed. Thousand Oaks: Sage, 1994.

LAYRARGUES, P.P. (coord.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2004.

LOUREIRO, C.F.B. *Trajetória e fundamentos da EA*. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LOUREIRO, C. F. B.; FRANCA, N. ; AZAZIEL, M. . Educação Ambiental e Gestão Participativa em Unidades de Conservação. 1. ed. Rio de Janeiro: Ibama/Ibase, 2003. v. 1. 44p

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. *A. Pesquisa em Educação*: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARPICA, N. S. *As questões em livros didáticos de diferentes disciplinas da quinta série do ensino fundamental.* 169f. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

MINAYO, M. C. S. (org.). *Pesquisa social:* teoria, método e criatividade. 23a. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

MORAES, R. Mergulhos discursivos: análise textual qualitativa entendida como processo integrado de aprender, comunicar e influir em discursos. In: GALIAZZI, M. C.; FREITAS, J. V. (orgs). *Metodologias emergentes de pesquisa em educação ambiental.*Ijuí, RS: Unijuí, 2005.

_____. Uma tempestade de luz: a compreensão textual possibilitada pela análise textual discursiva. *Ciência e educação.* v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

NETO, O.C.O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. S. (org.). *Pesquisa social:* teoria, método e criatividade. 23a. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004, pp. 51-66.

PARDINI, H. O desafio do uso público nas unidades de conservação brasileiras. In: NEXUCS – Núcleo para excelência das unidades de conservação ambiental (org). *Unidades de conservação no Brasil*: o caminho para gestão de resultados. São Carlos: RiMA Editora, 2012, pp.125-133.

PHILLIPS, A. The history of the international system of protected area management categories. *Parks*, v. 14, n. 3, 2004. p. 4-14.

PRIMACK, R.B..; RODRIGUES, E. Bi*ologia da conservação.* E. Rodrigues, 2001.

QUINTAS, J.S. *Introdução à gestão ambiental pública* 2ª ed. Brasília: Ibama, 2006. 134p. ; 21 cm. (Coleção Meio Ambiente. Série Educação ambiental, 5)

SANTOS, S. A. M.; FAGIONATO-RUFFINO, S. Biodiversidade dos Biomas e ecosssitemas locais: a caracterização ambiental como estratégia para compreender as consequências das ações antrópicas. In: OLIVEIRA, H. T.; SANTOS, S. A. M.;

DOMINGUEZ, I. G. P.; KUNIEDA, E. (ORGs). *Cadernos do Cescar. Caderno 2:* metodologias e temas socioambientais na formação de educadoras(es) ambientais (2007-2008). São Carlos: Gráfica e Editora Futura, 2011.p. 7-25.

SAUVÉ, L. La Educación Ambiental entre la modernidad y la posmodernidad: en busca de un marco de referencia educativo integrador. *Tópicos en Educación Ambiental*, v. 1, n. 2, p. 7-25, 1999.

SGUAREZI, N.O. *Educação Ambiental e a formação de professores para as séries iniciais do ensino fundamental*. 2005. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SCHIEL, D.; ORLANDI, A. S. (Orgs.) *Ensino de Ciências por investigação*. São Carlos: CDCC/ Compacta Gráfica e Editora Ltda, 2009.

SILVA, R. L. F*. O meio ambiente por trás da tela: estudo das concepções de educação ambiental dos filmes da TV ESCOLA.* 277f. 2007. Tese (Doutorado em educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SORRENTINO, M. *Educação Ambiental e universidade:* um estudo de caso. 1995. Tese (Doutorado em educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

SOUZA, A.O. *Reforma Curricular e a Educação Ambiental no município de Vitória da Conquista – Bahia.* 2004. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2004.

TASSARA, E.T.O.; ARDANS, O. Mapeamentos, diagnósticos e interações participativas no campo socioambiental. In: OG Política Nacional de Educação Ambiental. *Mapeamentos, diagnósticos e intervenções participativos no socioambiente*. Série Documentos Técnicos-15. Brasília, 2007.

TRISTÃO, M. Tecendo os fios da educação ambiental: o subjetivo e o coletivo, o pensado e o vivido. *Educação e Pesquisa*, v. 31, n. 2, p. 251-264, maio/ago, 2005.

TUAN, Y.F. *Topofilia:* um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

VALENTI, M. W. *Educação ambiental e biodiversidade em unidades de conservação: mapeando tendências.* 99f. 2010. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais). Centro de Ciências Biológicas e Saúde, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

VALENTI, M. W.; OLIVEIRA, H. T.; LOGAREZZI, A. J. M. Exclusory and transformative dimensions of adult environmental education in two Brazilian protected areas. *Environmental Education Research*, 2015.

XII. Plano(s) de Trabalho para aluno(s):

Plano de trabalho 1:

Nome completo do aluno: Edmaykon Rafael Gaias Ribeiro		
Endereço: Rua Agostinho Estevam Daniel		Nº:632
Complemento: Jardim Progresso	CEP: 85950000	Cidade:Palotina
E-mail: edmaykonufpr@gmail.com	Telefone: 44-35282025	Celular:44-998794087
CPF: 092.516.889-07	RG:	
Nacionalidade: Brasileira	Data Nascimento|: 25/10/1992	Sexo: Fem( )Masc (x)

Série do ensino Médio cursada em 2014: *(somente para o PIBIC EM)	Ano ingresso no Ensino Médio: *(somente para o PIBIC EM)	Ano previsto para conclusão do Ensino Médio: *(somente para o PIBIC EM)

Instituição onde será desenvolvido o Projeto (PIBIC EM colocar o nome da escola parceira):

Título do plano de trabalho do aluno: A história do Parque Municipal São Francisco de Assis sob a perspectiva dos moradores locais

Data de início: agosto/2017 Data de término: julho/2018

Nome completo do professor (orientador): Valéria Ghisloti Iared

Título do Projeto do professor/orientador da UFPR: Percepção e educação ambiental nas unidades de conservação do oeste do Paraná

Registro no BANPESQ/THALES: 2017023844

Objetivo (s) do Plano de Trabalho do aluno:

-Discutir a importância de desenvolver atividades de educação ambiental nas cidades

- Motivar o uso público das áreas verdes urbanas com fins educativos

- Identificar os desafios e potencialidades de realizar atividades educativas com o público escolar nas áreas verdes próximas da escola.

Metodologia/Síntese das atividades a serem desenvolvidas pelo aluno:

A pesquisa terá cunho qualitativo e participativo com técnicas de coleta de dados coerentes com essa perspectiva teórica-metodológica. Será feita uma aproximação com a escola da rede estadual de ensino, Colégio Santo Agostinho, para o planejamento das atividades a serem realizadas com crianças do 6º ano do ensino fundamental. Dessa maneira, os professores e a direção da escola serão envolvidos diretamente, integrando o projeto ao currículo em desenvolvimento. O estudante será considerando um pesquisador-participante e registrará todas as etapas em um caderno de registro. Após meses de implementação do atividades, os envolvidos (professores, alunos e funcionários da escola) serão entrevistados com a finalidade de elencar os desafios e as potencialidades da proposta desenvolvida. Indicadores do impacto e relevância do projeto também serão utilizados como forma de análise das atividades.

Cronograma:

	Ago/Set/Out/ 2017	Nov/Dez/Jan 2017 e 2018	Fev/Mar, Abr 2018	Mai/Jun/Jul 2018
Leitura e acesso ao que já foi produzido no projeto de pesquisa	X			
Estudos bibliográficos	X	X	X	X
Estabelecimento de indicadores para análise das atividades	X	X		
Planejamento das atividades junto com os professores da escola	X			
Desenvolvimento das atividades		X	X	
Entrevistas com os participantes			X	

Transcrição das entrevistas			X	
Análise e interpretação				X
Relatório parcial			X	
Elaboração de Relatório final e outras produções científicas				X

Plano de trabalho 2:

Nome completo do aluno: Franciany Lorrayne Bonatto		
Endereço: Rua Ipiranga		Nº: 1517
Complemento:	CEP: 85950000	Cidade: Palotina
E-mail: Francianybonatto@gmail.com	Telefone:	Celular: 44 9 99226445
CPF: 101.187.279-07	RG: 13.532.946-0	
Nacionalidade: brasileira	Data Nascimento|: 20/10/1995	Sexo: Fem(x)Masc ( )
Série do ensino Médio cursada em 2014: *(somente para o PIBIC EM)	Ano ingresso no Ensino Médio: *(somente para o PIBIC EM)	Ano previsto para conclusão do Ensino Médio: *(somente para o PIBIC EM)
Instituição onde será desenvolvido o Projeto (PIBIC EM colocar o nome da escola parceira):		
Título do plano de trabalho do aluno: Percepção ambiental dos alunos do Colégio Padre Anchieta em relação Parque Municipal São Francisco de Assis		
Data de início: agosto/2017	Data de término: julho/2018	
Nome completo do professor (orientador): Valéria Ghisloti Iared		
Título do Projeto do professor/orientador da UFPR: Percepção e educação ambiental nas unidades de conservação do oeste do Paraná		
Registro no BANPESQ/THALES: 2017023844		
Objetivo (s) do Plano de Trabalho do aluno: -Discutir a importância de desenvolver atividades de educação ambiental nas cidades - Motivar o uso público das áreas verdes urbanas com fins educativos - Identificar os desafios e potencialidades de realizar atividades educativas com o público escolar nas áreas verdes próximas da escola.		
Metodologia/Síntese das atividades a serem desenvolvidas pelo aluno: A pesquisa terá cunho qualitativo e participativo com técnicas de coleta de dados coerentes com essa perspectiva teórica-metodológica. Será feita uma aproximação com a escola da rede estadual de ensino, Colégio Santo Agostinho, para o planejamento das atividades a serem realizadas com crianças do 6º ano do ensino fundamental. Dessa maneira, os professores e a direção da escola serão envolvidos diretamente, integrando o projeto ao currículo em desenvolvimento. O estudante será considerando um pesquisador-participante e registrará todas as etapas em um caderno de registro. Após meses de implementação do atividades, os envolvidos (professores, alunos e funcionários da escola) serão entrevistados com a finalidade de elencar os desafios e as potencialidades da proposta desenvolvida. Indicadores do impacto e relevância do projeto também serão utilizados como forma de análise das atividades.		

Cronograma:

	Ago/Set/Out/ 2017	Nov/Dez/Jan 2017 e 2018	Fev/Mar, Abr 2018	Mai/Jun/Jul 2018
Leitura e acesso ao que já foi produzido no projeto de pesquisa	X			
Estudos bibliográficos	X	X	X	X
Estabelecimento de indicadores para análise das atividades	X	X		
Planejamento das atividades junto com os professores da escola	X			
Desenvolvimento das atividades		X	X	
Entrevistas com os participantes			X	
Transcrição das entrevistas			X	
Análise e interpretação				X
Relatório parcial			X	
Elaboração de Relatório final e outras produções científicas				X